

PARA ALÉM DA IRMANDADE

Extraído de Feminism Without Illusions: a Critique of Individualism, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1991, cap. I. Tradução graciosamente autorizada pela editora The University of North Carolina Press e pela autora Elizabeth Fox-Genovese. Tradução VERA PEREIRA

ELIZABETH FOX-GENOSE

O feminismo contemporâneo emergiu da fusão dos extraordinários acontecimentos econômicos e políticos do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. No topo da longa lista de perdas e ganhos envolvidos nesses acontecimentos sobressai a erosão de nossas crenças tradicionais na neutralidade da política dos direitos naturais. Já vão longe nossas ilusões a respeito da racionalidade e da objetividade e, junto com elas, foram-se também nossos tão acalentados sonhos de uma família que fosse o refúgio contra a luta e a competição. Em nosso realismo recentemente conquistado, o pessoal é político e, principalmente, a família é política. Fundada na hierarquia e na dominação, que ela tem reproduzido através da história, a família – esse mais íntimo espaço das relações pessoais –, requer uma resposta política nessa era tão eminentemente politizada em que vivemos.

O feminismo assumiu a liderança na desmistificação das relações pessoais, exigindo enfaticamente que a experiência pessoal das mulheres fosse reconhecida como política em sua essência. Muitas feministas deixaram de definir sua experiência pessoal como política para designar as normas e práticas políticas como pessoais – a própria encarnação de perspectivas e valores masculinos –, constituindo, dessa maneira, modelos inadequados tanto para as posições políticas feministas quanto para uma ordem social desejável.

Desde o final dos anos 60, a maioria das feministas tem insistido em que a competitividade e a hierarquia da política dos homens deve ser substituída pelo igualitarismo não-competitivo que elas acreditam caracterizar a política das mulheres; que a racionalidade e o positivismo do pensamento masculino devem ser substituídos por uma epistemologia baseada na consideração e no apreço¹. Para que o feminismo frutifique, é preciso substituir o modelo masculino do individualis-

1 Ver os ensaios incluídos em Jaggar e Bordo, Gender/Body/ Knowledge, especialmente o de Jaggar, "Love and Knowledge", Toronto, "Women and Caring", Arnauld, "Radical Future of a Classic Moral Theory"

2 Para isso elas se basearam em uma longa tradição feminina A fraternidade entre mulheres, como uma prática cotidiana e uma metáfora, existe desde os primórdios da sociedade capitalista e talvez antes desta. Mas a antiga metáfora adquiriu seu significado específico a partir de relações sociais peculiares, esse significado, e suas implicações, continuam a mudar à medida que a sociedade se transforma.

3 Eisler, Chalice and the Blade Mas Cynthia Fuchs Epstein, em *Deceptive Distinctions*, pp 185-86, afirma que, diante da possibilidade de exercer poder político, as mulheres têm se comportado de modo semelhante aos homens:

4 Belenky, Clinchy, Goldberg e Tarule, Women's Ways of Knowing, Gilligan, In a Different Voice, Kittay e Meyers, Women and Moral Theory

Uma forte e recente defesa da ênfase no que as mulheres compartilham através de linhas divisórias de classe e raça se encontra em Bordo, "Feminism, Postmodernism and Gender-Scepticism".

5 Cf. Gilligan, In a Different Voice; Kittay e Meyers, Women and Moral Theory,

O'Brien, *Politics of Reproduction* Elstain, em *Women and War*, também pensa que as mulheres desenvolveram uma ética do desvelo. Tanto O'Brien quanto Elstain, contudo, resistem tenazmente a cair na armadilha de supor que as mulheres são "por natureza" atenciosas e meigas. Ver também Baier, "What Do Women Want in a Moral Theory?" Essas correntes são particularmente fortes no feminismo popular. Ver Segal, *Is the Future Female?*, especialmente pp 1-37.

6 Fox-Genovese, Within the Plantation Household, pp 290-333, Terborg-Penn, "Black Women in Resistance", Bush, "The Family Tree Is Not Cut"

7 Van Allen, "Aba Riots' or Igbo 'Women's War?'", e "Sitting on a Man"

mo pelo modelo feminino da irmandade de mulheres*² Para que o mundo sobreviva, prossegue a argumentação, a política das mulheres deve substituir a política dos homens como modelo para todas as relações. Onde os homens, com sua política de 'dominação', espalharam destruição e morte, as mulheres, com sua política de 'participação', introduzirão um compromisso renovado com a vida.³

Segundo essas feministas, a mulher usa uma linguagem diferente da dos homens e tem concepções distintas da política, da justiça e da moralidade.⁴ Elas consideram que a experiência feminina dotou a mulher de uma aversão à competição e aos padrões abstratos que caracterizam os modelos tradicionais de justiça e política. Essa experiência levou as mulheres a favorecer a vida, a apreciar as questões morais no contexto de relações pessoais e situações específicas, a valorizar a reciprocidade e a comunidade.⁵ Por terem compartilhado uma mesma história de repressão e subordinação, presume-se ainda que as mulheres tenham desenvolvido uma tradição de irmandade que oferece ao conjunto da sociedade um modelo de transformação.

Desde tempos imemoriais, as mulheres têm recorrido à metáfora da irmandade para expressar a qualidade das relações que mantêm entre si, para suportar a opressão e oponer resistência.⁶ Durante o século XIX, nos Estados Unidos, a irmandade de mulheres da comunidade escrava criou uma densa rede de resistência cotidiana à opressão. Essas mulheres que se reuniam para lavar roupa nos rios ou capinar nos campos, ou ainda para orar nas igrejas, teceram sua irmandade em torno de uma teia de resistência que, se não chegou a produzir revoltas violentas, conseguiu defender um mínimo de espaço vital e de identidade coletiva para si próprias e para seu povo.

No início do século XX, as nigerianas recorreram aos antigos laços de irmandade para entrar em luta aberta contra os imperialistas ingleses que procuravam abolir seus privilégios de comércio.⁷ Padrões semelhantes de irmandade existiram em incontáveis sociedades camponesas, onde as mulheres compartilham do trabalho, da camaradagem, da religião e muitas vezes da resistência às ameaças às suas consagradas responsabilidades como mulheres. Com o crescimento do capitalismo e dos Estados centralizados, as mulheres transpuseram esses vínculos para a vida urbana e para novas formas de resistência. Nos primórdios da Europa moderna, as mulheres costumavam se envolver em distúrbios de rua pelo suprimento de pão em nome de valores coletivos que lhes atribuíam responsabilidade na alimentação das famílias e consideravam como competência do Estado a garantia do

* "Irmandade de mulheres" foi a solução encontrada para traduzir *sisterhood*. Embora o termo "irmãodade" tenha, em nosso idioma, uma conotação predominante de associação de caráter religioso que foge ao sentido da palavra usada no texto em inglês, mantém a referência a uma união entre irmãs que é o principal aspecto da relação entre mulheres ressaltada no artigo (N da T)

⁸ Ver a esse respeito, por exemplo, Thomas e Grimmett, *Women in Protest*, e Hutton, "Women and the Family Economy". Sobre divisão sexual do trabalho e resistência nos primórdios da sociedade moderna ver Natalie Zemon Davis, *Society and Culture*, Fox-Genovese, "Placing Women's History", Fox-Genovese, "Gender, Class and Power", Fox-Genovese, "Women and Work"

9. Rable, Civil Wars

¹⁰. Kantorowicz, *The King's Two Bodies*; Aidoo, "Asante Queen Mothers". Sobre a divisão sexual do trabalho em geral ver a excelente análise de Silverblatt em *Moon, Sun and Witches* e em "Imperial Dilemmas". Ver também Segalén, *Marie Femme*

¹¹ Gutman, *Black Family*, emprega essa expressão para indicar os vínculos estáveis de lealdade entre escravas cujas laços de família com muita frequência se encontravam cortados

¹² Ver, por exemplo, Yellin, *Women and Sisters*, Hewitt, "Feminist Friends", Hersh, *Slavery of Sex*

¹³ Morgan, *Sisterhood Is Powerful* Vero debate a respeito dos sentimentos conflitantes das mulheres sobre o poder em *Writing a Woman's Life*, pp. 16-17

fornecimento adequado de grãos a um preço razoável⁸. Durante a Guerra Civil Americana, mulheres brancas pobres de Richmond, Virgínia, recorreram a padrões semelhantes para protestar contra o aumento exorbitante do preço dos alimentos⁹.

A tendência para dividir o mundo em gêneros, na realidade e na imaginação, parece ser tão antiga quanto a história da humanidade. Nas sociedades pré-modernas seu significado foi ainda mais importante do que é hoje. Muitas estudosas do feminismo, constatando a tendência, têm procurado enfatizar que, de diferentes maneiras, ela desvalorizou as mulheres, outras ressaltam que a separação de gêneros lhes deu mais poder. Mas esse modo de pensar não dá conta da questão principal, qual seja, a das maneiras como o imaginário político e as instituições permaneceram vinculadas a uma divisão sexual do trabalho de base biológica. Estados e instituições modernas têm recorrido com frequência a conceitos da biologia e tendem a enfatizar o papel supostamente impersonal ou neutro dos burocratas. O fato de que instituições e Estados tenham invariavelmente atribuído esse papel aos homens atesta de modo indiscutível a predominância masculina, mas não reduz o significado da tendência cada vez mais acentuada para remover uma imagem concreta ou personalizada do poder. A pessoa do presidente em nossa época de modo algum se aproxima do significado do 'corpo' do rei na Idade Média. Na África, os achanti mantiveram por muito tempo a posição da rainha-mãe em pé de igualdade com a do rei em vários aspectos essenciais, exatamente porque ela representava as mulheres de todo o povo.¹⁰

Tradicionalmente, a metáfora da irmandade captava o sentido dos vínculos específicos entre mulheres que viviam em pequenas comunidades, onde as metáforas da família forneciam as justificativas mais fortes para os papéis políticos e sociais. A relação de irmandade afirmava, portanto, as lealdades especiais entre mulheres, reivindicando o estatuto privilegiado de 'parentes fictícias' para pessoas de famílias diferentes¹¹.

Durante o século XIX, à medida que se tornavam mais abstratas as concepções públicas do poder, foi se intensificando a resonância da metáfora, especialmente no caso das mulheres ativamente engajadas na luta contra a escravidão e nos novos movimentos coletivos. Laços de irmandade interligavam e conferiam poder às mulheres que, dessa forma, buscavam compreensão e apoio por parte de outras que lhes eram iguais¹². Os movimentos dos anos 60 e início dos 70 retomaram a metáfora, ampliando-lhe o significado e as reivindicações. "A irmandade de mulheres é poderosa", anunciou Robin Morgan,¹³ articulando assim uma premissa de associação natural ao poder e sublinhando a ligação entre o pessoal e o político. A irmandade de mulheres é poderosa porque o pessoal é político; a união entre irmãs deve fazer com que o poder das relações pessoais se contraponga à falência da política.

14 Ver Shreve, Women Together, Women Alone, e Heilbrun, Writing a Woman's Life, pp 44-46

No centro da noção de irmandade está a afirmação da solidariedade e semelhança entre todas as mulheres. À medida que essa concepção foi se revelando no interior dos grupos de conscientização dos anos 60 e início dos 70, ela passou a ser uma das mais poderosas armas do movimento de mulheres de classe média.¹⁴ Esses próprios grupos forjaram uma prática de irmandade ao proporcionarem um espaço psicológico no qual as mulheres podiam conhecer melhor a si mesmas através do conhecimento umas das outras.

A sociedade capitalista avançada é responsável por uma transformação particularmente dolorosa da secular opressão feminina. Consumismo, padrões de moradia em bairros afastados, diminuição do tamanho das famílias, ampliação da mobilidade ocupacional masculina, aumento da educação feminina, menor controle dos pais sobre os filhos e sobre suas escolhas conjugais, crescimento das taxas de divórcio, ao lado de uma série de outras mudanças, interligaram-se na criação de uma densa rede de isolamento e ansiedade.

Nem todas essas mudanças foram, por si mesmas, ruins para as mulheres. Mas o que o crescimento do individualismo e das oportunidades sociais concederam de um lado, subtraíram de outro. Destruindo as barreiras que vinham ao mesmo tempo oprimindo e protegendo as mulheres de classe média, reduzindo-lhes os ônus do parto e do esforço físico das tarefas domésticas – sem necessariamente reduzir o tempo necessário para essas atividades –, as mudanças não ofereceram, porém, alternativas viáveis, particularmente não proporcionaram oportunidades compensadoras e bem remuneradas de trabalho, nem os serviços de creche e assistência infantil que permitissem às mulheres sair para trabalhar.¹⁵ Além disso, estimularam a competição entre elas na conquista e conservação dos seus maridos, no consumo da moda e no cultivo de uma aparência jovem e perfeita de acordo com os padrões dominantes. O mundo tradicional das mulheres de classe média vem sendo destruído sem que se coloque no lugar um substituto adequado e sem que se lhes abra o acesso ao mundo dos homens. Certamente não foi de nenhuma valla que essas mesmas mudanças provocassem um aumento da hostilidade mais ou menos velada e da violência por parte dos homens, que estão habituados a atribuir tudo o que os perturba ao aumento da independência feminina.

A concepção de irmandade ajudou as mulheres de classe média a romper a muralha do silêncio, permitindo-lhes criar uma linguagem comum para expressar hostilidade para com os homens, as dificuldades da vida e os próprios filhos. Essa linguagem forneceu-lhes um novo vocabulário para a expressão de sua raiva, abrindo assim canais através dos quais elas podem exprimir sua agressividade natural, em vez de voltá-la contra si mesmas.¹⁶ A concepção de irmandade permitiu até mesmo o milagre da expressão do ciúme entre as mulheres. Sentimentos ocultos de inadequação, culpa e medo explodiram numa orgia de aceitação e reconhecimento.

15 Ruth Schwartz Cowan, More Work for Mother, Strasser, Never Done

16 Carolyn Heilbrun sublinha, a importância da raiva em Writing a Woman's Life. Embora sua discussão seja de modo geral fiel à experiência de muitas mulheres durante os anos 60 e 70, ela é menos exata em relação às atitudes complexas de mulheres de gerações anteriores, muitas das quais podem ter tido mais satisfação em suas vidas do que concede a crítica feminista contemporânea. Ver também West, "Love, Rage and Legal Theory", e Brownmiller, Against Our Will

17. Para uma brilhante representação ficcional dessa autobiografia coletiva feminina de classe média ver Me-moires e Burning Questions de Shulman. Para uma análise geral das questões femininas desde a II Guerra Mundial ver Harrison, On Account of Sex e Echols, Daring to Be Bad. Ensaios que focalizam esplendidamente o espírito mais generoso do movimento de mulheres nos anos 70 se encontram em Stimpson, Where the Meaning Are

18 Ver, por exemplo, Rich, "Compulsory Heterosexuality"

19 Ver, por exemplo, Chernin, Obsession e Hungry Self

20 Rich, Of Woman Born, Heilbrun, Writing a Woman's Life, p 67

21 Chodorow, Reproduction of Mothering, Dinnerstein, Mermaid and the Minotaur

De repente, nenhuma mulher se sentia incomparável e, assim, uma das mais importantes armadilhas da cultura moderna tinha se desfeito. As mulheres reconheceram que sua força não reside no fato de ser diferente – o que quase sempre significa ser melhor do que as outras, ao contrário, a força está em ser igual, ainda que, ou especialmente se, isso signifique não ser melhor do que ninguém. Elas puderam, então, perceber que tinham desperdiçado energias e talento nas coisas erradas. Iludidas pela necessidade de agradar aos homens, elas se tinham tornado incapazes de estimar a si mesmas, apreciar suas irmãs, gostar de qualquer coisa.¹⁷

A noção de irmandade contribuiu para a construção de toda uma rede de apoio mútuo – uma espécie de fundo de força coletiva e afeto no qual as mulheres puderam buscar apoio para suas batalhas particulares no lar e no trabalho. No limite, a concepção de irmandade de mulheres chegou a flertar com proclamações de auto-suficiência. Tendo aprendido a amar e respeitar umas às outras, as mulheres podiam passar sem homens. Tanto no comportamento quanto nas emoções, a maioria das mulheres continua a considerar essa ideia como irrealista e indesejável, mas o simples fato de ela existir estimulou a busca de uma nova independência e favoreceu uma compreensão renovada das diferentes preferências sexuais, ou estilos de vida, como variações dentro de uma identidade comum de mulher¹⁸

Mulheres de classe média que atingiram a maioridade durante a onda feminista dos anos 60 e 70 lembram nitidamente do 'estalo' – o momento do reconhecimento – quando essas verdades começaram a fazer sentido. No meu caso, o 'estalo' se deu durante uma festa, no final da década de 60, quando eu admiti que estava mais interessada em conversar com as mulheres do que com os homens. Sempre que esse 'estalo' ocorria, uma luz se acendia e afugentava as sombras dos muitos anos de treinamento em agradar socialmente aos homens. A descoberta repentina de que outras mulheres eram não só 'legais' como importantes abriu um novo espaço para o sentimento de auto-estima há tanto tempo sufocado. A maior consciência de si mesmas fez com que muitas mulheres compreendessem quanto de sua antiga raiva – supostamente relacionada com a opressão dos homens – tinha a ver, na verdade, com sua relação com as mães durante a infância¹⁹. Aprendendo a odiar suas mães, as mulheres puderam amá-las de novo, assim como puderam amar os filhos que nunca haviam tido liberdade de odiar.²⁰ A aceitação e posse de sua própria raiva foi aos poucos libertando as mulheres para existirem como seres humanos totais no mundo. Nesse sentido, a noção de irmandade deu uma contribuição inestimável à maioridade política das mulheres.

A irmandade contribuiu para a criação de seres políticos femininos ao libertar as mulheres da permanente repetição de dramas psicológicos familiares, da contínua necessidade de reproduzir suas infâncias e seu próprio narcisismo²¹.

Desse modo, a irmandade de mulheres pode ser descrita como política em seus efeitos. A luta comum contra os demônios individuais identifica-os como sociais mais do que pessoais. A luta contra um marido, mãe ou filho individuais pode, de fato, ser compreendida como luta contra o padrão dominante de reprodução em nossa sociedade, mas deve também ser entendida como parte de uma história pessoal. As mulheres, assim como os homens, não odeiam categorias sociais, mas pessoas, frequentemente aquelas que mais amam. A luta permanece pessoal, sejam quais forem suas implicações políticas.

22. Interpretação um pouco diferente da concepção de irmandade como "solidariedade política entre mulheres" encontra-se em Hooks, Feminist Theory, pp 43-65

A concepção de irmandade tem funcionado como signo para um amplo conjunto de idéias.²² Em seu significado mais importante, a noção de irmandade recorre a uma metáfora familiar da política para evocar a imagem de um relacionamento não-autoritário entre companheiras. Procurou-se, então, fixar noções de envolvimento e lealdade associados a laços não-contratuais de família. Em essência, portanto, a irmandade formulou um modelo para a sociedade capitalista avançada que se baseava numa oposição fundamental aos princípios do individualismo. Nesse sentido, a irmandade pode ser vista como um repúdio radical daquilo que se propunha a reformar. De fato, muitas vezes a idéia tem sido apresentada dessa maneira, embora isso dê margem a uma grande confusão, pois a irmandade de mulheres não propôs a abolição do capitalismo, como o fundamento social do individualismo, mas a abolição do patriarcado.

Nossa moderna concepção de irmandade de mulheres, assim como a de feminismo que lhe é estreitamente associada, nasceu das cinzas do patriarcado. Em outras palavras, os dois conceitos emergiram das transformações sociais e políticas consolidadas pelas grandes revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII.²³ Ambos são 'netos' do individualismo, como diria Zora Neale Hurston.²⁴ A irmandade de mulheres perpetua, no interior da metáfora familiar da política, a luta contra o que aquelas revoluções repudiaram na teoria, o feminismo demanda a concretização do potencial democrático que as revoluções deixaram de realizar na prática.

Antes da emergência do capitalismo, as sociedades ocidentais dependiam inteiramente da metáfora da família para justificar as relações políticas. O triunfo do capitalismo, ao menos no discurso público, substituiu noções venerandas de patriarcado e dependência pela concepção antitética de individualismo. Não resta dúvida de que o individualismo, como toda representação das relações sociais, não aboliu simplesmente os antigos valores, mas os reformulou e transformou. Nessa reformulação de uma teoria geral da sociedade e da política, o individualismo pareceu deixar praticamente intocadas muitas relações específicas, notadamente as da família. A transformação, na realidade, incluiu uma significativa reelaboração do discurso sobre a condição feminina e o papel das mulheres, mas não alterou de modo expressivo a sua subordinação aos homens no interior das famílias.²⁵

23 Para um desenvolvimento desse raciocínio ver o capítulo 5 de Fox-Genovese, Feminism without Illusions, a Critique of Individualism

24 Hurston, Dust Tracks. Uma discussão paralela a respeito da origem do conceito de raça encontra-se em Fields, "Slavery, Race and Ideology"

25 Um desdobramento dessa argumentação se encontra em meu Feminism without Illusions, a Critique of Individualism, cap 5

Do ponto de vista das mulheres, o advento do capitalismo e do individualismo mostrou-se paradoxal, oferecendo-lhes ao mesmo tempo uma promessa de participação social mais plena e independente do que tinham experimentado em qualquer sistema anterior e impondo barreiras mais sistemáticas à sua integração social e ao seu amor próprio.

Não é preciso repetir essa história de contradição e frustrações. Basta observar que individualismo, racionalismo e universalismo foram todos interpretados em termos estritamente masculinos. Pior ainda, esses conceitos se basearam, em certa medida, no repúdio mais ou menos explícito das mulheres, opostas à norma masculina desejável, e na sua exaltação como um abrigo emocional necessário ao bom funcionamento da norma em condições de intensa competição. Embora rejeitando a dependência em troca da autonomia, a cultura masculina dominante dependia, no plano individual, de uma esfera doméstica reprimida, que era representada como depositária de todas as virtudes que a esfera pública não podia tolerar.

Ao longo dos séculos XIX e XX, irmandade e feminismo, embora de diferentes maneiras, ajudaram as mulheres a identificar os aspectos mais importantes de sua vulnerabilidade social, econômica e política, auxiliando-as a construir as fundações de sua força potencial. A concepção de irmandade desenvolveu-se até mesmo entre as mulheres que permaneceram desinteressadas pelo feminismo, quando não se posicionaram ativamente contra ele e se enraizou entre as feministas, as sindicalistas e as que apenas trabalham para sobreviver. Prosperou particularmente entre as mulheres negras, que formularam um entendimento próprio do seu significado na escravidão e, em consequência, nas igrejas e comunidades.

Embora nem sempre de modo explícito, a noção de irmandade tem oferecido modelo e substância aos laços que nutrem, suportam, sustentam e valorizam as mulheres entre si. Com o tempo, comportamentos e valores da assim-chamada esfera privada, o mundo das mulheres, ofereceram um modelo alternativo ao capitalismo acirradamente competitivo. O mundo das mulheres tornou-se um mundo de reprodução no sentido mais amplo da palavra, incluindo não só a reprodução da espécie mas a dos valores e da civilização. As atividades específicas das mulheres, desde a caridade e o trabalho social, a educação dos filhos e o sustento das famílias até o apoio à cultura e à religião, têm permanecido, no entanto, invariavelmente dissociadas do mundo dos homens, considerado o verdadeiro domínio do poder, ou são apenas facilmente consentidas por este.

Hoje, assim como no século XIX, boa parte da força do modelo da irmandade baseia-se no pressuposto de que a condição feminina é universal – hipótese que contradiz a vida real de diferentes mulheres. Se as mulheres, como os homens, têm determinadas características físicas comuns, elas diferem profundamente quanto à realidade cultural, social e econômica. Essas realidades distintas têm influenciado de

modo decisivo nos rumos do feminismo americano contemporâneo, que, como todas as formas de resistência, surgiu e se desenvolveu dentro de condições históricas específicas. Até mesmo a linguagem em que as feministas expressam seus objetivos e ideais deriva da linguagem dominante de nossa sociedade

26 Kerber, "Separate Spheres" A respeito dos perigos da concepção feminista da falta de poder das mulheres se encontra na penetrante análise de Jehlen, "Archimedes and the Paradox of Feminist Criticism", pp 581-82

Nenhuma forma de política permanece imune àquilo que combate. A política do movimento contemporâneo de mulheres é tão refém da história quanto a realidade atual da sociedade capitalista avançada. A noção específica de poder e autoridade, contra a qual o movimento feminista tem reagido, derivou de uma concepção amplamente aceita de separação entre as esferas pública e privada²⁶ Embora nunca tenha sido tão perfeita quanto queriam seus formuladores, essa separação funcionou como uma norma orgânica que ajudou a ocultar a intensa interdependência entre as vidas pública e privada e, particularmente, o significado das divisões de raça e classe. O modelo individualista da divisão sexual do trabalho, ao assumir tacitamente a existência da mesma igualdade entre mulheres que o ideal do individualismo democrático presumia existir entre os homens, acabou repondo outras formas de hierarquia política e social como fundamento da ordem social.

A importância ideológica atribuída à divisão sexual do trabalho tornou particularmente sedutora para as mulheres a visão de sua opressão específica como sendo derivada do gênero – isto é, verem-se a si mesmas como efetivamente integrantes de uma classe distinta de pessoas. Negava-se, assim, a relevância das divisões de classe e raça no interior da esfera pública. A tentação desse modo de pensar levou muitas delas a supor, primeiro, que as mulheres se unem mais pelo gênero do que se separam por linhas de classe ou raça e, segundo, que as mulheres brancas de classe média podem falar legitimamente em nome de todas as demais. Tal suposição teve consequências danosas para o desenvolvimento da política feminista, pois, ao presumir o direito das mulheres de classe média de falar em nome da mulher em geral, levou o feminismo oficial a perder de vista algumas de suas mais importantes responsabilidades, além disso, serviu para alienar muitas mulheres negras e de classe baixa que vêm na classe ou na raça a principal fonte de sua opressão.²⁷

Historicamente, o feminismo continha a premissa de que a mulher, como o homem, podiam ser pensados em abstrato. Na medida em que a legislação e as instituições americanas definiram as mulheres pelo seu sexo, independente de raça ou classe, essa ficção de mulher tem pelo menos a mesma validade da ficção de homem. Mas muitas mulheres, assim como muitos homens, jamais chegaram a desfrutar inteiramente das plenas oportunidades supostas pela ficção. Mais ainda, a escravidão, e a posterior segregação, fizeram com que a maioria das mulheres negras não pudesse sequer recorrer aos parcos benefícios da ficção. Durante a maior parte do século XIX, as mulheres casadas foram colocadas sob a

27 A respeito do problema geral ver Spelman, Inessential Woman, Grimshaw, Philosophy and Feminist Thinking, pp 75-100, Angela P. Harris, "Race and Essentialism"; Riley, Am I That Name? Igualmente em Hooks, Am I a Woman, Angela Y. Davis, Women, Race and Class, Joseph and Lewis, Common Difference, Bettina Aptheker, Woman's Legacy.

'proteção' de seus maridos; negava-se-lhes o acesso a uma infinidade de direitos públicos, inclusive o direito de voto. Contudo as escravas, cujo casamento não era legalmente reconhecido, não dispunham dessa proteção para seus papéis de esposas e mães. Mesmo depois do reconhecimento do estatuto legal do seu casamento, elas tinham razão em temer a opressão dos brancos hostis, homens ou mulheres, igualmente ou mais do que a opressão dos homens negros.

A experiência de ser mulher e negra é um profundo desafio à concepção de uma experiência feminina universal; mas o mesmo se dá com relação à vivência de mulher e pobre, seja qual for a raça ou etnia, pois para estas não se pode propor nenhuma proteção econômica segura.²⁸ A opressão de classe, assim como a discriminação racial e étnica, priva-as daquela 'proteção' que tanto desgasta certas mulheres de classe média. Forçadas pela necessidade econômica a sair para trabalhar, muitas vezes abandonadas ou maltratadas pelos maridos ou outros parentes, as mulheres pobres nunca ficaram restritas a um refúgio familiar. Apesar dos maus-tratos sofridos nas mãos dos homens de suas comunidades, a maioria comprehendeu que a opressão maior provém de fora da comunidade – origina-se de uma sociedade que negou a seus homens e a elas próprias o respeito fundamental supostamente devido a todos os americanos

Certamente essas mulheres também passaram por experiências frequentes, e às vezes violentas, de opressão específica, como mulheres, dentro das comunidades. Mas elas também viveram uma opressão social que forjou sua experiência e as excluiu das vantagens desfrutadas pelas mulheres brancas de classe média. Para as mulheres negras, cujos objetivos primordiais incluem obter alimentação e abrigo apropriados para suas famílias, ou oportunidades educacionais para os filhos, os males contra os quais lutam as mulheres de classe média parecem ser secundários ou mesmo frutos do privilégio. Na realidade, as mulheres de grupos socialmente oprimidos podem encarar, com razão, as privilegiadas como suas opressoras ou, pelo menos, como beneficiárias de sua opressão.

Até certo ponto, as afirmações ideológicas do feminismo são universais, e aí reside sua força. Os direitos da mulher, como os direitos do homem, falam por todas as mulheres, independentemente de raça ou classe. Mas na medida em que essas afirmações fazem abstração da vida real de tantas mulheres, na medida em que se baseiam nas necessidades de um grupo delimitado, elas ridicularizam a própria idéia de universalidade. Quando o feminismo deixa de defender mudanças econômicas e sociais que garantam uma vida decente para todas as pessoas, os direitos da mulher acabam significando privilégio para algumas e exploração para outras. Nessas circunstâncias, a política pessoal, inclusive a natureza e o papel da irmandade de mulheres, se reduz a uma estreita linha entre o compromisso com a transformação social e o reforço involuntário do sistema social que o feminismo explicitamente critica.

Atualmente, muitas feministas estão rejeitando a distinção entre as esferas pública e privada, mas essa idéia de separação ainda prejudica as avaliações que fazemos de nossa situação, das condições psicológicas, das possibilidades políticas e, em decorrência, a decisão de onde alocar energias. Historicamente, as posições políticas do feminismo têm necessariamente derivado do lugar especial ocupado pelas mulheres nas esferas pública e privada. Nos Estados Unidos, mulheres de todos os grupos sociais têm partilhado a mesma exclusão sistemática do mundo público e a maioria, com a principal exceção das negras escravas, sofre uma mesma repressão, em alguns casos violenta, dentro de casa. Em suas várias manifestações, o feminismo abrange os direitos e a libertação da mulher tanto no lar quanto na arena pública. De um modo geral, lutas feministas vitoriosas têm promovido o acesso das mulheres aos direitos e atividades anteriormente reservados aos homens: direito de propriedade, de voto, de educação, direito ao trabalho e ao crédito, ao divórcio. O direito de tutela dos filhos constitui um caso especial, por ser facilmente assimilável a uma imagem protetora da condição feminina, embora, no passado, o direito da mulher à guarda dos filhos representasse uma grande vitória que hoje em dia vem sendo novamente contestada.

Essas conquistas fundamentais tiveram às vezes consequências inesperadas. Por exemplo, o direito ao divórcio, em certos aspectos, liberou mais os homens da obrigação de sustentar mulher e filhos do que acrescentou à independência feminina.²⁹ Na maior parte das vezes, o divórcio leva a um substancial aumento na renda do homem e a uma queda ainda maior na da mulher. Mais assustadora é a constatação de que algumas conquistas acabaram por reforçar as barreiras de classe e raça entre mulheres, abalando a ilusão de um movimento coletivo. A desintegração da solidariedade feminina, por sua vez, levou a um fortalecimento da identidade individual de classe e raça para algumas mulheres, à custa de sua identificação com outras mulheres, e, ao mesmo tempo, levou a um reforço do envolvimento de outras tantas com o individualismo. Esse viés individualista fortalece a crença americana dominante no individualismo possuidor como o fundamento necessário da concepção de liberdade e igualdade da classe média. Não surpreende, portanto, que as maiores beneficiárias das novas oportunidades de acesso igualitário aos direitos geralmente provenham da classe média, ou rapidamente ingressem na classe, logo que passam a ganhar renda suficiente para sustentar a si mesmas.

Idealmente, a irmandade procurou transcender as divisões de classe e raça, enfatizando as relações duradouras entre mulheres unidas por uma mesma subordinação que supera linhas de classe. A irmandade exprimiu exatamente a experiência comum da opressão e os laços de proteção, amor e apoio mútuo forjados pela opressão. Como uma metáfora, a irmandade evocava laços não-competitivos, não-contratuais, de afeto e dedicação familiar. Seja qual for a origem

29 Ver, especialmente, Ehrenreich, Hearts of Men.

de sua força, a metáfora vai buscar seu modelo de mulher nas experiências femininas dentro da família, admitindo, portanto, que as mesmas relações de família que as feministas se empenham em desmistificar compõem a concepção de mulher da política feminista

O mito da separação das esferas sobrevive no pensamento feminista exatamente como os resquícios da família, aprisionando a mulher ao papel de agente amenizador da interação impersonal de indivíduos competitivos. As feministas acham que esse mito é particularmente persistente porque contém percepções acalentadas e reconfortantes para a classe média a respeito das supostas diferenças inatas entre mulheres e homens, além de incluir sanções negativas. O mito positivo das mulheres como seres, por natureza, dependentes e protetores deriva boa parte de seu poder psicológico da mensagem implícita de que as mulheres que não se atêm ao comportamento feminino adequado se expõem à violências nas mãos dos homens. Em síntese, as mulheres internalizaram o mito social e acabaram por considerar e transmitir seus valores como constituindo elementos centrais da identidade feminina

As terríveis limitações à liberdade no lar e no mundo experimentadas por tantas mulheres conferiu um poder genuíno aos aspectos negativos ou ameaçadores do mito da separação das esferas. É possível, portanto, que o mito tenha integrado a auto-estima de mulheres que não se beneficiaram de suas promessas positivas de proteção e respeito. Mulheres de classe média podem, de fato, se identificar primordialmente com o aspecto positivo do mito e apenas registrar, inconscientemente, suas sanções negativas, pois muitas delas obtêm, de fato, um certo conforto psicológico derivado da imagem de si mesmas como agentes amenizadores da competição impersonal do mundo público; muitas outras aceitam a idéia de que, obedecendo às regras, não se expõem à violência. Mulheres de classe baixa são menos suscetíveis a essas ilusões, seu próprio ceticismo confirma que elas reconhecem com mais clareza os aspectos negativos do mito. Isso porque a simples existência das ilusões do mito é admitida como autorização para certas formas de agressão masculina contra as mulheres que transgridem seus limites

O legado dessas atitudes persiste de modo deprimente entre os estudantes universitários de hoje. Embora a 'revolução sexual' dos anos 60 tenha 'liberado' as jovens estudantes de muitas das antigas restrições do bom comportamento, também as privou das respectivas proteções. As jovens já não precisam se preocupar tanto quanto suas predecessoras em ser respeitadas por um rapaz apenas porque tiveram relações sexuais com ele ou com outros homens antes de casar. Elas têm, no entanto, motivos para se preocupar quando decidem não ter relações sexuais com um determinado homem, porque seu 'não' pode ser desrespeitado. A confusão decorrente deu origem a uma epidemia de estupros nos campi universitários. Quase tão triste quanto a epidemia são

algumas respostas que ela enseja; muitos rapazes, e pior ainda, moças, se apegam à ilusão de que uma mulher só é vítima de violência sexual quando, de algum modo, ela própria a provocou

Tal como essas deploráveis e persistentes atitudes, a concepção de irmandade é herdeira direta do complexo e contraditório mito da separação das esferas. Em si mesma um mito, a irmandade proclamou a unidade das mulheres com base em experiências radicalmente diferentes e em nome de sentimentos que mascaram tanto a realidade do poder e a desigualdade de oportunidades quanto os sentimentos de família dos quais se originaram. A relação de irmandade não originou por si mesma posições políticas específicas, embora tenha contribuído para a retórica de todas as revistas feministas

Devido a seu apelo universal, a concepção de irmandade tem periodicamente apoiado um feminismo cultural difuso que, no auge da mistificação, elabora uma ideologia universalizante; esta, na prática, apenas facilita a entrada de mulheres privilegiadas de classe média na esfera pública. Assim, numa ironia que poucas escolheram reconhecer, as vitórias conquistadas em nome da irmandade frequentemente resultam no acirramento das barreiras de classe, empurrando para posições ainda mais inferiores na escala socioeconômica as mulheres de classe baixa e das minorias, sozinhas ou juntamente com os homens. Por exemplo, não há dúvida de que a assim-chamada 'feminização da pobreza' emergiu durante os anos em que o movimento feminista começava a obter vantagens substanciais para as mulheres de classe média.³⁰

A retórica da irmandade influenciou profundamente várias campanhas feministas, particularmente o feminismo doméstico do século XIX, diversas lutas em prol dos direitos políticos e legais, além de lutas trabalhistas específicas.³¹ Recentemente, contribuiu para a batalha em defesa da emenda constitucional da Igualdade de Direitos, para o movimento pela legalização do aborto e, especialmente, fortaleceu as tendências separatistas no interior do feminismo. Todas essas campanhas invocaram a concepção de irmandade em apoio a diferentes interpretações do feminismo, inclusive o privilégio feminino individual. De fato, pode-se dizer que o feminismo de classe média encontra apoio crescente na retórica da irmandade na medida em que as perspectivas sociais e econômicas de um feminismo abrangente vêm-se reduzindo, pois até o progresso social obtido individualmente por algumas mulheres extrai benefícios da ilusão de uma generalizada solidariedade feminina.³²

A percepção de uma clivagem entre os modos de ser e de pensar de homens e mulheres, fomentada pela ideologia da separação das esferas, manteve tamanha amplitude de influência que sem ela não é possível compreender coisa alguma do feminismo ou da irmandade. A partir dessa percepção de clivagem, muitas mulheres fortes e auto-confian-

30. Fuchs, *Women's Quest for Economic Equality* Também em Robertson, "Strategies for Improving the Economic Situation of Women", Lloyd e Niemi, *Economics of Sex Differentials*, pp. 240-311

31 Para uma discussão séria da relação de irmandade no século XIX ver Boydston, Kelley e Margolis, *Limits of Sisterhood*

32 Algo de semelhante está ocorrendo na comunidade afro-americana, ver William Julius Wilson, *Truly Disadvantaged*

tes se opuseram, em sã consciência, ao feminismo, por considerá-lo irrelevante ou corrosivo para a missão peculiar das mulheres. As feministas não aceitam essa opinião. Para elas a conquista do direito de voto e o pleno acesso à vida política parecem ser de uma importância decisiva, senão essencial.

A concepção de que a questão fundamental é a igualdade humana, mais ainda do que a igualdade política, despontou já no início do século XIX e se afirma crescentemente em nossos dias. Mulheres e homens que defendiam posições feministas no final do século passado, embora aceitando as características distintivas da condição feminina, procuraram combiná-las com certos aspectos da condição masculina para forjar um modelo de ser humano que se assemelhava fortemente à androginia. Assim, defendiam a integração dos gêneros não só nas arenas política e social como também na consciência humana. Essa perspectiva, que conserva aspectos sedutores e que persiste entre algumas feministas de classe média hoje, também trazia graves problemas.³³ Particularmente, ignorava a realidade das classes e da raça e obscurecia diferenças e conflitos fundamentais entre os sexos.³⁴ Acima de tudo, sua visão peculiar da igualdade feminina baseava-se numa visão da sociedade e da natureza humana que rejeitava a noção de poder.

O poder continuou sendo a questão fundamental e sua simples negação não o faz desaparecer. Os movimentos de mulheres do século XIX e início do século XX defrontaram-se com o poder em toda parte, a começar pela ubiquidade da luta contra os homens decorrente das persistentes diferenças entre os sexos. Os movimentos enfrentaram também lutas específicas em suas próprias sociedades e culturas, notadamente aquelas que se travaram com o espectro inquietante de um patriarcado que, repudiado na política, sobrevivia nas relações domésticas. Confrontando-se não com os patriarcas social e politicamente encastoados do passado distante, ou com os pseudopatriarcas relativamente mais confiantes do início da era moderna, mas com seus herdeiros, dependentes do mercado, as mulheres tinham de combater uma autoridade masculina que cada vez mais dependia delas para sua própria sobrevivência, apenas a internalização da propalada inferioridade e dependência das mulheres podia legitimar a autoridade do homem. A hierarquia, banida da esfera pública, foi transplantada para a esfera doméstica e a psicologia individual. Certamente a hierarquia não sobreviveu incólume. As relações sociais tinham mudado mas, como quase sempre acontece, suas formas mais superficiais e uma retórica insistente evocavam uma tranquilizadora permanência. A crescente dissociação entre valores tradicionais e novas condições econômicas e sociais ajuda a explicar a angústia e as 'doenças nervosas' que afligiram mulheres e homens, bem como a violência que invadiu ferozmente a vida doméstica e barrou o livre acesso das mulheres ao mundo público.

Compreendendo que a questão é o poder, muitas feministas procuraram assegurar recursos políticos para as

33 Leach, True Love and Perfect Union; Ginzberg, "Joint Education of the Sexes". Uma argumentação atual, enfatizando as maneiras como as mulheres, de fato, se adaptam a oportunidades públicas acha-se em Cynthia Fuchs Epstein, Deceptive Distinctions.

34 Uma análise séria e recente da experiência específica das mulheres de classe média se encontra em Hochschild, Second Shift.

mulheres. Empenharam-se na luta pela igualdade de acesso à esfera pública, inclusive o direito de voto, a igualdade jurídica e o emprego. Além disso, bateram-se pela afirmação do respeito por si mesmas, pelas outras mulheres e pelo reconhecimento e implementação, no conjunto da sociedade, do que consideravam ser os valores femininos. Nos casos mais difíceis combateram ao lado de outras mulheres para assegurar o êxito de seus compromissos. Em quase todos os casos tiveram de enfrentar a complacência, condescendência, idealização, desprezo e ofensa por parte dos homens. Em todos os casos lutaram contra si mesmas – contra as arraigadas incoerências das visões positivas e negativas da mulher que elas receberam por criação.

O reconhecimento do poder masculino levou um número expressivo, embora indeterminado, de mulheres de classe média a combater em nome de suas irmãs mais oprimidas, porque elas compreendiam as diferentes maneiras como o poder dos homens oprimia mulheres de outras classes e raças. Algumas lutaram corajosamente contra a escravidão; outras se empenharam na proteção das operárias contra os maus-tratos dos trabalhadores masculinos e dos patrões. Raramente, porém, elas refletiram sobre as desigualdades de poder que as separavam das outras mulheres cuja causa abraçavam. Longe disso, supunham ser evidente que suas concepções dos direitos e necessidades da mulher incorporavam princípios universais – que sua lista de questões definia o rol dos problemas das menos afortunadas.

A confusão entre os papéis públicos e privados das mulheres, implícita nesses pressupostos, continuou muito grande. Aos olhos dos homens, os papéis privados das mulheres continham uma necessária função pública. A aspiração das mulheres a um papel público violava sua própria natureza feminina. Aos olhos de muitas mulheres, contudo, a defesa dos papéis privados forçava a intervenção da mulher na esfera pública. Pois, sem a ação pública da mulher em defesa de seus valores privados, como poderiam estes ser defendidos? E, no entanto, como poderiam as mulheres agir publicamente sem se adaptarem à esfera pública? A crescente participação da mulher em movimentos reformistas, em organizações de caridade e serviço social, levou inevitavelmente a uma ‘feminização’ da esfera pública ou à ‘masculinização’ das reformadoras. Nesse processo complexo, a extensão dos valores femininos à vida pública ameaçava corromper a imagem de feminilidade como uma representação pública de valores estritamente domésticos. Como e onde poderiam ser traçadas as linhas divisórias entre lar e mercado, entre feminilidade e masculinidade?

Dúvidas desse tipo, que afligiam tanto mulheres quanto homens, foram intensamente reforçadas por uma concepção oficial, e predominantemente masculina, do papel peculiar das mulheres. Suas contradições e tensões ainda estão presentes. As mulheres de hoje são bem mais herdeiras de suas predecessoras do que se costuma admitir. A história de

nossas lutas, vitórias, fracassos e compromissos, nos reúne da mesma maneira como a história das atitudes e relações sociais a que nos opomos aglutina nossos adversários. Esse legado reforça a luta pelos direitos da mulher hoje em dia.

Toda luta feminista retira grande parte de seu ímpeto do conflito inevitável entre homens e mulheres. Como fatos sociais, a força masculina e o poder reprodutivo da mulher cavam um fosso entre os sexos num conflito que se torna ainda mais pungente em virtude da atração que enlaça os adversários mortais nos braços uns dos outros. A autodefinição da mulher, assim como sua autodeterminação, contém ainda pelo menos alguns traços de uma raiva elementar diante da constante ameaça de estupro e violência física. A força motivadora do feminismo nunca pode estar totalmente separada dessa fonte psicológica, ainda que a maioria das mulheres não tenha consciência dela. Seja qual for o significado desses elementos psicológicos, a linguagem e os objetivos feministas são formulados dentro de um contexto histórico específico e a partir do discurso político disponível na sociedade. Estados e sociedades determinados estabelecem as condições, os limites e, portanto, as formas do feminismo. Assim como Mary Wollstonecraft inspirou-se nas noções de direito individual do século XVIII, as feministas contemporâneas estão tomando emprestadas noções pós-modernas de indeterminação.³⁵

A relação entre feminismo e linguagem política dominante parece óbvia. A busca da realização da igualdade de direitos para todos, independente de gênero ou raça funda-se diretamente na tradição política americana e nas lutas sociais correntes.

As estudiosas do feminismo, especialmente as socialistas feministas, têm dedicado considerável esforço à demonstração de que o capitalismo e o patriarcado na realidade se interligam, sustentando mesmo que o patriarcado constitui o inimigo mais antigo, mais persistente e mais perigoso. Mas suas posições se baseiam na hipótese duvidosa de que a permanência do poder masculino é mais importante do que sua descontinuidade, que o poder dos homens sobre as mulheres tem mais significação política e que ele independe de todas as outras formas de poder político, social e econômico.³⁶ Tais hipóteses não resistem a um exame minucioso. O poder exercido pelos homens sobre as mulheres depende da organização política, da sociedade e da economia em que está encravado e que, ao mesmo tempo, são por ele articulados. Entretanto, como afirmou Lynne Segal "a crescente divergência e assimetria entre o que o feminismo parecia prometer e a posição ainda vulnerável das mulheres no mundo, e que para algumas parece deteriorar-se cada vez mais, combinam melhor com uma interpretação biológica e fatalista da inevitabilidade do poder masculino".³⁷

A concepção de irmandade como metáfora dominante das relações entre mulheres e, por inferência, das relações entre os seres humanos em geral subordina as relações

35 Flax, "Postmodernism and Gender Relations", e Thinking Fragments. Igualmente, as "feministas francesas" buscam inspiração em diferentes discursos pos-estruturalistas franceses, inclusive na psicologia lacaniana. Ver, por exemplo, Moi, Sexual/Textual Politics, Moi, French Feminist Thought, Gallop, Daughter's Seduction, Gallop, "Heroic Images", Gallop, Reading Lacan, Marks e de Courtivron, New French Feminisms.

36 Lerner, Creation of Patriarchy; Eisenstein, Capitalist Patriarchy, Folbre, "Logic of Patriarchal Capitalism", Folbre, "Of Patriarchy Born", Hartmann, "Capitalist Patriarchy". Ver também Fox-Genovese, "Socialist-Feminist American Women's History".

37 Segal, Is The Future Female?

políticas às relações pessoais. Definindo a opressão como subjeição à lei do pai, a noção de irmandade define a política como a dominação das mulheres pelos homens. Ao rejeitar a lei do pai, a irmandade rejeita a dominação do macho. Mas, desde as grandes revoluções burguesas, os homens não aceitam a generalidade da lei do pai como justificativa adequada para o poder político. Na realidade, essas revoluções podem ser vistas como a substituição do pai pela união dos irmãos homens. Mas enquanto os homens defendiam o princípio da divisão igualitária do poder do pai entre os indivíduos – os irmãos –, as mulheres, defendendo sua irmandade, pro-pugnavam pela distribuição igualitária da ausência de poder. Dessa maneira, elas estavam, sem saber, proclamando a democratização não do poder do pai, mas da suposta falta de poder da mãe.

A maternidade tem ocupado a atenção de muitas feministas teóricas, notadamente Dorothy Dinnerstein, Nancy Chodorow, Adrienne Rich, Mary O'Brien, Sara Ruddick e Jean Bethke Elstain. As duas primeiras trataram particularmente da reprodução dos valores da maternidade na sociedade capitalista e chamaram atenção para o terrível preço que esse processo impõe às crianças de ambos os性os. Sua obra sugere que a maternidade proporcionou considerável poder às mulheres, embora em grande parte isso não seja reconhecido.³⁸ Rich, investigando o tema de modo independente, concluiu também que a maternidade confere poder e proporciona significativa satisfação às mulheres. O'Brien, seguindo uma outra linha de raciocínio, diz que a afirmação cultural dos valores da gestação e do parto aglutina as mulheres, inclusive aquelas que não tiveram filhos, numa fraternidade baseada nas práticas da maternidade. E Ruddick, levando o argumento ao seu extremo, procurou argumentar que as mulheres, quer tenham filhos ou não, compartilham um 'pensamento maternal', um compromisso em alimentar a vida e uma oposição inata à sua destruição pela guerra.³⁹ Também Elstain acredita que os valores do desvelo, tradicionalmente associados aos cuidados da maternidade, deveriam ser mais disseminados no conjunto das relações sociais, ela enfatiza muito mais do que as anteriores as complexidades do desenvolvimento psicológico.⁴⁰

As reflexões feministas a respeito da maternidade estendem-se da crítica às consequências psicológicas da acentuação dos papéis de gênero e da divisão entre público e privado até a exaltação dos valores ligados à experiência inconfundível da mulher. No primeiro caso, o argumento se volta para uma fusão androgínea da distinção entre homens e mulheres e para uma divisão mais igualitária das responsabilidades na criação dos filhos. No segundo, orienta-se para o reconhecimento das diferenças entre mulheres e homens e, talvez, para o triunfo dos valores femininos sobre os masculinos.⁴¹ Em ambos os casos, a ênfase no amor e no desvelo mascara, em certa medida, a ambiguidade de um poder que não é normalmente reconhecido como tal. De acordo

38 Dinnerstein, *Mermaid and the Minotaur*; Chodorow, *Reproduction of Mothering e Feminism and Psychoanalytic Theory*. Ver também Olivier, *Jocasta's Children*.

39 Rich, *Of Woman Born*, O'Brien, *Politics of Reproduction*; Ruddick, *Maternal Thinking*.

40. Elstain, *Women and War*; Elstain, "Feminine Discourse"; Elstain, "Symmetry and Soporifics".

41 A respeito da importância dos pais ver, por exemplo, Chodorow, *Reproduction of Mothering*. Sobre as diferenças ver Gilligan, *In a Different Voice*; Eisler, *Chalice and the Blade*. Para uma crítica particularmente moderada da androginia ver Elstain, "Against Androgyny".

com a teoria feminista vigente, as principais responsabilidades da maternidade consistiram tradicionalmente em ensinar os meninos a se libertarem dos vínculos e valores maternos, enquanto que, às meninas, cabia ensiná-las a internalizar as repressões e reprimir os rancores contra os quais a própria mãe poderosa não tem remédio. O poder da maternidade, em outras palavras, existiu no contexto, e sob o consentimento tácito, de um sistema de poder político e econômico que paira além de seu controle. O poder da maternidade é pessoal.

Os limites desse poder pessoal deveriam ficar bem esclarecidos. A maternidade, conforme é concebida pela nossa cultura, depende de uma segurança econômica e de um mínimo de salvaguardas da vida privada em relação à influência pública. Algumas feministas conservadoras persistem na ilusão de que a maternidade tradicional pode ser restaurada por um ato de vontade – primordialmente pela eliminação dos amparos às mulheres que trabalham. A maioria de nós não acredita nisso, apesar de nossos desejos secretos. A necessidade de duas rendas paralelas, ou de uma só no caso de mulheres solteiras, força as mães a trabalhar. As drogas, o álcool, os maus-tratos às crianças, a televisão, a cultura consumista e a pressão das outras mulheres lutam contra a influência materna em toda parte, penetrando até mesmo as paredes dos lares mais sólidos. Contudo a ilusão da responsabilidade materna – e paterna – persists. Na prática, a maioria das mulheres lida com tudo isso da melhor maneira possível. As crianças são deixadas com babás, empregadas domésticas ou colocadas em creches, quando disponíveis. Mas as americanas têm dificuldade em aceitar essas soluções como positivas. De repente alguma coisa acontece: esquece-se um fogo aceso, uma criança se afoga, outra é estuprada ou amedrontada, ou engole comprimidos. E muitas de nós, apesar de tudo, pensamos que se ao menos a mãe estivesse lá isso não teria acontecido.

Muitas feministas apressam-se em condenar a nostalgia das conservadoras por um mundo que já não tem volta. Mas elas se mostram menos dispostas, quando o fazem, a reconhecer essa nostalgia em seu próprio modo de pensar. Entretanto, a exaltação dos instintos e papéis maternos participa da mesma nostalgia, da mesma recusa em reconhecer a realidade do poder político. Tal recusa é trágica e destrutiva para uma política feminista coerente, pois amarra o feminismo a uma política pessoal que não pode dar conta nem mesmo das necessidades das mulheres de classe média e que, lamentavelmente, ignora a dura realidade contra a qual se debatem as mulheres pobres e as minorias.

A irmandade, assim como a maternidade, invoca relações não-políticas, ainda que diga unificar relações políticas e pessoais numa mesma luta. Dessa maneira, a concepção de irmandade ignora a questão principal. O apelo por uma compreensão do pessoal como político parece demandar a intromissão de relações competitivas e conflitantes no domí-

nio supostamente não-conflituoso do pessoal. Esse apelo baseia-se na compreensão de que, por debaixo dos mitos da harmonia e das características inatas embutidos no mito maior da separação das esferas, reside uma intensa luta política. Mas, para a maioria das feministas, essa compreensão se reduz à visão das lutas entre homens e mulheres como sendo a própria essência da política, em vez de um produto de política de classe e raça. Desse modo, a noção de irmandade implicitamente afirma a existência de uma continuidade entre as relações privadas e públicas, proclamando o primado da luta pessoal entre homens e mulheres sobre as lutas políticas convencionais, estas entendidas como bataldeiras de guerra.

Mas o pessoal é político, insistem outras feministas. E, dizem elas, somente enfrentando as batalhas pessoais alcançamos uma mudança duradoura, pois a luta é em defesa da espiritualidade humana. Está certo, mas, enquanto os espíritos apenas podem ser conquistados no aqui-agora da vida cotidiana, esta se move por entre os condicionamentos de grandes forças sociais, econômicas e políticas. As feministas deveriam se preocupar com o fato de que muitas jovens de classe média se recusam a aderir a um movimento que identificam como voltado principalmente para as batalhas pessoais, e que muitas outras mulheres pobres e de minoria não conseguem se identificar com um movimento que consideram impermeável às suas preocupações mais prementes, particularmente a segurança econômica e a disponibilidade de creches adequadas.⁴²

A verdadeira lição do feminismo de classe média dos anos 60 e 70 foi a de que o pessoal é social, uma proposição que tanto as conservadoras tradicionalistas quanto as marxistas sempre compreenderam. O núcleo do mito da irmandade está na capacidade das mulheres de classe média para reconhecer a semelhança de suas experiências. Mulheres de classe dominante das pequenas cidades do Nordeste, Meio-Oeste e da Califórnia não tiveram dificuldade em encontrar padrões comuns em suas vidas: a infância passada dentro de famílias de classe média, os conflitos adolescentes com as mães; a descoberta de si na faculdade, por vezes prejudicada por um primeiro casamento fracassado, os constrangimentos inesperados da maternidade, o divórcio e, enfim, um novo começo. Ao longo dos anos 70, uma enxurrada de romances escritos por mulheres fez a crônica das possíveis variações dessa experiência comum.⁴³ Naquela época, as mulheres de classe média aprenderam a reconhecer suas próprias histórias nas vidas das outras – suas irmãs. Esse reconhecimento trouxe uma liberação do silêncio aprisionador que levará gerações de mulheres a experimentar seus problemas como exclusivamente pessoais. Histórias familiares semelhantes produziram narrativas e respostas similares.

Assim, as porta-vozes de classe média dos novos movimentos, ainda que não soubessem o que estavam fazendo, estabeleceram suas próprias biografias como referência para a experiência de todas as mulheres.⁴⁴ Fazendo isso, seguiram

42 Uma crítica vigorosa da assimilação da experiência do conjunto das mulheres à norma de classe media encontra-se em Spelman, Inessential Woman. Ver também Hooks, Feminist Theory.

43 Fox-Genovese, "New Female Literary Culture". Interessantes resenhas dessas narrativas se encontram em Shulman, Memoirs e Burning Questions.

44 Abro, aqui, uma exceção para as idéias de minha amiga Bell Hooks, ver especialmente seu livro Talking Back. Compartilho de seu interesse quanto à importância do autoconhecimento (autobiografias) para as pessoas, mas duvido que isso proporcione uma base adequada para uma política feminista socialmente responsável.

de perto a liderança de seus irmãos , que há muito tempo haviam constituído a experiência dos homens de classe média como a substância e o modelo da experiência dos homens em geral. Como seus irmãos, elas subordinaram a experiência de inúmeras americanas menos favorecidas à sua própria e reclamaram para si mesmas o direito de falar em nome de todas Dentro dessa perspectiva, a política feminista em relação ao plano pessoal surge indubitavelmente como uma política de raça e classe que perpetua as injustiças da sociedade americana

A experiência da irmandade mostrou-se valiosa para as mulheres de classe média que tiveram a sorte de usufruir de seus benefícios. Essa experiência ajudou-as a identificar seus opressores, inclusive seus fantasmas inconscientes, e a descrever sua situação social. Nesse sentido, ofereceu-lhes uma inestimável experiência de identificação. E como a identificação foi realizada coletivamente, ajudou as mulheres a estabelecer vínculos de respeito mútuo e, aí sim, de proteção e cuidado. Mas isso não foi suficiente, e não podia sé-lo, para proporcionar os instrumentos adequados à identificação das reais condições de opressão de todas as mulheres. A linguagem da irmandade não passa de uma inversão do idioma da própria opressão. Nascida da divisão capitalista entre esferas pública e privada, essa linguagem contribui, se bem que involuntariamente, para uma transformação interna do capitalismo que poderá causar uma opressão ainda mais humilhante para a maioria das mulheres, senão para todas elas.

As possibilidades abertas pela concepção mais generosa e mais abrangente de irmandade não pode se estender para além das condições sociais vigentes. Algumas mulheres, principalmente de classe média, obtiveram significativas vantagens em termos de emprego e independência financeira, mas esta independência apenas as livrou da tutela de certos homens para lançá-las nos braços das organizações e do governo federal que, cada vez mais, substituem instituições privadas independentes, inclusive empresas familiares e universidades. As novas megainstituições têm condições de proporcionar uma heterogeneidade mais ampla do que fizeram suas predecessoras – elas hoje podem contratar mulheres ou minorias em número proporcional ao de homens brancos, ou mesmo substituí-los. Mas se os escalões mais altos desse novo sistema podem agora empregar indiscriminadamente homens, mulheres e negros, os escalões inferiores, com a mesma arbitrariedade, podem contratar um número menor de trabalhadores de tempo integral de qualquer gênero ou raça. Em síntese, estamos participando de um alargamento sem precedentes do abismo que separa as classes sociais, o qual se manifesta dramaticamente na proliferação dos 'sem-teto' e na diferenciação das expectativas de vida e de mortalidade infantil entre classes, ou ainda mais, na crescente distância entre os salários daqueles que se formam na escola secundária e nas universidades⁴⁵

45 "Employers Are Looking Abroad?", Harrison e Bluestone, The Great U-Turn

46 Rix, American Woman, contém uma ampla coleção de dados estatísticos relevantes. Ver também Fuchs, Women's Quest for Economic Equality, Robertson, "Strategies for Improving the Economic Situation of Women"

47 Luker, Abortion and the Politics of Motherhood; Hewlett, Lesser Life

Essas novas condições, que têm um imenso impacto na vida das mulheres, deviam inspirar prudência em nossas expectativas de uma irmandade universal. Entre os novos ricos, a segurança financeira cada vez mais depende de dois salários. Se a mulher não trabalha, a família enfrenta um declínio do padrão de vida. Entre os novos pobres, o trabalho das mulheres não pode cobrir os custos de uma assistência infantil decente, quanto mais educação e ajuda doméstica.⁴⁶ Em decorrência disso, muitas mulheres casadas da classe média tradicional decadente percebem, com razão, que a sua necessidade de trabalhar entra em conflito com sua capacidade de criar os filhos e, dessa maneira, é uma ameaça ao padrão de vida e à educação da nova geração. Não surpreende, portanto, que elas só vejam salvação no fortalecimento dos papéis domésticos tradicionais das mulheres, como afirmaram Kristen Luker e Sylvia Hewlett.⁴⁷

O número crescente de mulheres confinadas às condições de miserabilidade de nossas cidades têm pela frente perspectivas ainda mais sombrias. Frequentemente incapazes de contar com qualquer apoio masculino, inadequadamente treinadas para o trabalho, exceto os mais simples e de tempo parcial, muitas delas vivem à custa da segurança social no redemoinho de uma esfera pública decadente, da qual não podem esperar proteção para os filhos ou sequer para si mesmas. O 'crack', a AIDS e a prisão estão começando a reclamar a vida de um número crescente de mulheres para as quais a sociedade americana não oferece esperanças realistas de futuro.

Dante dessas condições, como podem as feministas invocar com seriedade uma relação de irmandade? A preocupação piedosa e benevolente não vai muito longe e, de certo, não chega às organizações assistenciais infestadas de drogas ou aos albergues públicos durante a noite. Que bem proporciona para suas irmãs o emprego, o aumento de salário ou a promoção de uma mulher de classe média? Operárias estabelecidas poderiam alegar que o êxito de sua irmã de classe média apenas ameaça as oportunidades de seus maridos ou filhos, por elas estarem ocupando postos anteriormente reservados aos homens, e talvez o digam com uma certa aprovação. Mulheres em condições de miserabilidade talvez não vissem qualquer conexão entre esses fatos.

O mito da irmandade tem ajudado as mulheres de classe média a afirmar sua presença na vida nacional, assim como ajudou a tantas de suas predecessoras, mas a premissa tácita desse sonho permanece sendo a da igualdade com os homens. "Que homens?", perguntariam as mulheres pobres. E o que dizer da igualdade entre mulheres? Uma irmandade determinada, pode-se pensar, inclui Fulana e Fulana, quando está de bom humor, mas exclui Beltrana mesmo depois que ela se casou com um milionário. O pior pesadelo que as feministas sérias devem encarar é o de que, dentro de uma década ou duas, o movimento de mulheres passe a ser visto como tendo executado o trabalho sujo do capitalis-

mo – o solapamento das antigas comunidades e instituições burguesas que obstruíam o caminho de um novo e sinistro despotismo. Sendo assim, não deveria causar surpresa que tantas mulheres, inclusive de classe média, relembram a antiga era de opressão burguesa com a nostalgia de uma época de ouro.

O elogio da diversidade e da indeterminação proposto por muitas feministas acadêmicas dá conta, em diversos sentidos, da realidade da vida das mulheres mais pobres. Em um mundo que não pode sustentar vínculos de casamento, a atomização governa a vida de cada uma. A previdência social não é um substituto adequado seja para um marido empregado, seja para a independência econômica, embora contribua poderosamente para destruir as hierarquias de gênero. Resta ainda à teoria feminista examinar se a previdência também contribui para aumentar a violência masculina aleatória. Mulheres que encaram as condições da assistência pública experimentam o pós-modernismo em seu disfarce mais sinistro.⁴⁸

Enfim, nossas posições políticas devem incluir a responsabilidade com a elaboração de uma linguagem e uma prática que permitam a objetivação das relações pessoais, além da construção de alianças firmes entre os grupos sociais. A política facilita a superação da lacuna entre o particular e o geral e constrói um nexo através do qual a necessidade pode ser traduzida em justiça. Transformando o ímpeto subjetivo em padrão objetivo, a política permite o agrupamento de experiências individuais em objetivos gerais. Em nossa sociedade, como afirmam algumas feministas estudiosas da jurisprudência, a lei, como categoria universal, seguiu historicamente um modelo masculino.⁴⁹ De acordo com elas, uma parte da luta deve consistir na revisão de nossos padrões no sentido de fazê-los abranger igualmente a experiência feminina e a experiência masculina. Mas travar essa batalha com o pressuposto de que todas as mulheres têm os mesmos objetivos, ou admitindo que elas, por natureza, tenham valores distintos dos homens, ou pior ainda, que não há padrão abstrato aceitável, compromete os resultados. A irmandade, compreendida como afinidade natural e solidariedade entre mulheres, não fornece uma estratégia apropriada para essa tarefa.

Até mesmo a noção de irmandade, que tem se mostrado historicamente válida dentro das classes e comunidades raciais, proporciona uma base instável para alianças entre classes e entre raças. A retórica atual da irmandade goza de muito sucesso como postura defensiva entre mulheres de classe média que podem facilmente transformá-la numa base lógica para a cooptação política. Pois, numa inversão insana, a politização do pessoal se torna a personalização do político e, assim, certas mulheres justificam seus êxitos individuais e escolhas arbitrárias em nome da irmandade: aquilo que é bom para mim é necessariamente bom para minhas irmãs. Dessa maneira, o indivíduo se apropria do ser de outras pessoas proclamando que seu individualismo é a realização do

48 Jameson, em "Postmodernism or the Cultural Legacy of Late Capitalism" e "Postmodernism and Consumer Society" sugere que o pós-modernismo descreve as condições do mundo atual

49 Ver a esse respeito, por exemplo, West, "Jurisprudence and Gender", "Authoritarian Impulse in Constitutional Law", "Law, Rights and Other Totemic Illusions". Robin West aparece como uma das mais originais e convincentes estudiosas do feminismo legal. Para outras referências consultar os cap. 3 e 4 de Fox-Genovese, Feminism Without Illusions, a Critique of Individualism. Em "Difference in Women's Hedonic Lives", West faz a crítica de outras tendências na jurisprudência feminista

propósito coletivo. Essa identificação só funciona, porém, se as oportunidades sociais de diferentes mulheres forem suficientemente comparáveis a ponto de reduzir as diferenças e simples variações pessoais. E isso não é verdade.

A afirmação de que o pessoal é político ajudou a desmascarar as conexões mais profundas entre experiência individual e contexto social. Revelou de modo patente os modos pelos quais a família e, especialmente, o ideal de maternidade não se confinam a uma esfera privada resguardada, mas dependem dos caprichos da vida pública. Porém, como uma legitimação do significado político da autobiografia de mulheres de classe média, essa concepção deixa muito a desejar.

Na extensão em que o pessoal é político, as mulheres necessitam de uma sólida sabedoria política e enfrentam duras escolhas. Se o mito da separação das esferas está falido, como, então, reconstruir proteções adequadas para as famílias e outras instituições sociais? O movimento de mulheres concentrou-se, de início, na ampliação das oportunidades sociais de mulheres individuais. Algumas delas estão agora avançando para além dessa estratégia, focalizando primordialmente certos grupos – afro-americanos, hispano-americanos – em vez das relações complexas entre mulheres de diferentes grupos. Enquanto isso, o feminismo popular continua a recorrer às implicações personalistas iniciais da concepção de irmandade, especialmente à noção de valores especificamente femininos. O problema básico dessa corrente, como disse Lynne Segal, é o de que ao representar "as mulheres como essencialmente virtuosas e os homens como fundamentalmente maus", "presta igual serviço às forças da reação e às forças do progresso". O desafio mais difícil é o de desenvolver uma nova concepção que ressalte as reivindicações da sociedade como um todo. Porque, sem essa concepção, corremos o risco de uma fragmentação radical que torne realidade o mais absurdo pesadelo de indivíduos solitários à mercê de um poder funesto e sem rosto.⁵⁰

50 Segal, Is the Future Female?, p 246

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIDOO, Agnes Akosua. "Asante Queen Mothers in Government and Politics in the Nineteenth Century", in Filomina Chioma Steady (ed.), The Black Woman Cross Culturally, Cambridge, Mass., Schenkman, 1981.
- APTHEKER, Bettina. Woman's Legacy, Essays on Race, Sex and Class in American History. Amherst, University of Massachusetts Press, 1982.
- ARNAULT, Lynne S. "The Radical Future of a Classical Moral Theory", in Jaggar e Bordo, 1989.
- BAIER, Annette C. "What Do Women Want in a Moral Theory?". Nous 9, nº 1, março, 1985.
- BELENKY, Mary Field, CLINCHY, Blythe McVicker, GOLDBERGER, Nancy Rule e TARULE, Jill Mattuck. Women's Ways of Knowing: The Development of Self, Voice and Mind. New York, Basic Books, 1986.

- BORDO, Susan. "Feminism, Postmodernism and Gender-Scepticism", in Linda J. Nicholson (ed.), Feminism/Postmodernism. New York, Routledge, 1990.
- BOYDSTON, Jeanne, KELLEY, Mary e MARGOLIS, Anne. The Limits of Sisterhood. The Beecher Sisters on Women's Rights and Woman's Sphere. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1988.
- BROWNMILLER, Susan. Against Our Will. Men, Women and Rape. New York, Simon and schuster, 1975.
- BUSH, Barbara. "The Family Tree Is Not Cut. Women and Cultural Resistance in Slave Family Life in the British Caribbean", in Gary Y. Okihiro (ed.), In Resistance. Studies in African, Caribbean and Afro-American History. Amherst, University of Massachusetts Press, 1986.
- CHERNIN, Kim. Obsession. Reflections on the Tyranny of Sleness. New York, Harper and Row, 1981.
- . The Hungry Self. Women, Eating and Identity. New York, Times Books, 1985.
- CHODOROW, Nancy J. The Reproduction of Mothering. Psychoanalysis and the Sociology of Gender. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1978.
- COWAN, Ruth Schwartz. More Work for Mother. The Ironies of Household Technology from the Open Hearth of the Microwave. New York, Basic Books, 1983.
- DAVIS, Angela Y. Women, Race and Class. New York, Random House, 1981.
- DAVIS, Nathalie Zemon. Society and Culture in Early Modern France. Stanford, Calif., Stanford University Press, 1975.
- DINNERSTEIN, Dorothy. The Mermaid and the Minotaur. Sexual Arrangements and Human Malaise. New York, Harper and Row, 1976.
- ECHOLS, Alice. Daring to Be Bad. Radical Feminism in America, 1967-1975. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1989.
- EHRENREICH, Barbara. The Hearths of Men. American Dreams and the Flight from Commitment. Garden City, N.Y., Anchor Press/Doubleday, 1983.
- EISENSTEIN, Zillah R.(ed.). Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism. New York, Monthly Review Press, 1979.
- EISLER, Riane. The Chalice and the Blade. Our History, Our Future. San Francisco, Harper and Row, 1987.
- ELSHTAIN, Jean Bethke. "Against Androgyny". Telos, nº 47, Spring, 1981.
- . "Feminist Discourse and Its Discontents. Language, Power and Meaning". Signs 7, nº 3, Spring, 1982.
- . "Symmetry and Soporifics. A Critique of Feminist Accounts of Gender Development". In Barry Richards (ed.) Capitalism and Infancy. Essays on Psychoanalysis and Politics. Atlantic Highlands: N.J., Humanities Press, 1984.
- . Women and War. New York, Basic Books, 1987.
- EPSTEIN, Cynthia Fuchs. Deceptive Distinctions. Sex, Gender and the Social Order. New Haven, Conn., Yale University Press, 1988.
- FIELDS, Barbara Jeanne. "Slavery, Race and Ideology". New Left Review, nº 181, 1990.
- FLAX, Jane. "Postmodernism and Gender Relations in Feminist Theory." Signs 12, nº 4, Summer, 1987.
- FOLBRE, Nancy. "Of Patriarchy Born. The Political Economy of Fertility Decisions". Feminist Studies 9, nº 2 (Summer), 1983.
- . The Logic of Patriarchal Capitalism. Trabalho apresentado na conferência intitulada Rural Women in the Transition to Capitalism, Northern Illinois University, De Kalb, Ill., março-abril, 1989.

- FOX-GENOVESE, E., "The New Female Literary Culture". Antioch Review 38, nº 2, Spring, 1980.
- _____. "Gender, Class and Power. some theoretical considerations". History Teacher 15, nº 2, fevereiro, 1982.
- _____. "Placing Women's History". New Left Review, nº 133, maio-junho, 1982.
- _____. "Women and Work". In Samia I. Spencer (ed.), French Women and the Age of Enlightenment. Bloomington, Indiana University Press, 1984.
- _____. "Socialist-Feminist American Women's History: a review essay". Journal of Women's History I, nº 3, Winter, 1990.
- _____. Feminism without Illusions: a critique of individualism. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1991.
- _____. Within the Plantation Household. Black and White Women of the Old South. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1988.
- FUCHS, Victor R. Women's Quest for Economic Equality. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1998.
- GALLOP, Jane. The Daughter's Seduction. Feminism and Psychoanalysis. Ithaca, N.Y., Cornell University Press, 1982.
- _____. Reading Lacan. Ithaca, NY, Cornell University Press, 1985.
- _____. "Heroic Images: Feminist Criticism, 1972". American Literary History I, nº 3, Fall, 1989.
- GILLIGAN, Carol. In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1982.
- GINZBERG, Lori D. "The Joint Education of the Sexes'. Oberlin's Original Vision". In Carol Lasser (ed.), Educating Men and Women Together. Coeducation in a Changing World. Urbana, University of Illinois Press, 1987.
- GRIMSHAW, Jean. Philosophy and Feminist Thinking. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1986.
- GUTMAN, Herbert G. The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925. New York, Pantheon Books, 1976.
- HARRIS, Angela P. "Race and Essentialism in Feminist Legal Theory". Stanford Law Review 42, nº 3, fevereiro, 1990.
- HARRISON, Bennett e BLUESTONE, Barry. The Great U-Turn. Corporate Restructuring and the Polarizing of America. New York, Basic Books, 1988.
- HARRISON, Cynthia. On Account of Sex. The Politics of Women's Issues, 1945-1968. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1988.
- HARTMANN, Heidi. "Capitalist Patriarchy and Job Segregation By Sex". In Martha Blaxall e Barbara Reagan (ed.), Women and the Workplace. The Implications of Occupational Segregation. Chicago. University of Chicago Press, 1976.
- HEILBRUN, Carolyn G. Writing a Woman's Life. New York, Norton, 1988.
- HERSH, Blanche Glassman. The Slavery of Sex. Feminist-Abolitionists in America. Urbana. University of Illinois Press, 1978.
- HEWITT, Nancy A. "Feminist Friends. Agrarian Quakers and the Emergence of Woman's Rights in America". Feminist Studies 12, nº 1, Spring, 1986.
- HOCHSCHILD, Arlie e MACHUNG, Anne. The Second Shift. Working Parents and the Revolution at Home. New York, Viking Press, 1989.
- HOOKS, Bell. Ain't I a Woman. Black Women and Feminism. Boston, South End Press, 1981.
- _____. Feminist Theory from Margin to Center. Boston, South End Press, 1984.
- _____. Talking Back. Thinking Feminist, Thinking Black. Boston, South End Press, 1989.

- HUFTON, Olwen. "Women and the Family Economy in Eighteenth-Century France". French Historical Studies 9, nº 1, Spring, 1975.
- HURSTON, Zora Neale. Dust Tracks on a Road. An Autobiography. Editado por Robert Hemenway, 2a. edição. Urbana, University of Illinois Press, 1984.
- JAGGAR, Allison M. e BORDO, Susan R (ed.). Gender/Body/Knowledge: Feminist Reconstructions of Being and Knowing. New Brunswick, N.J., Rutgers University Press, 1989.
- . Love and Knowledge: Emotion in Feminist Epistemology. In Allison M. Jaggar e Susan R. Bordo (ed.), 1989.
- JAMESON, Fredric. "Postmodernism and Consumer Society". American Studies 29, nº 1, 1984.
- JEHLEN, Myra. "Archimedes and the Paradox of Feminist Criticism". Signs 6, nº 4, Summer, 1981.
- JOSEPH, Gloria I. e LEWIS, Jill. Common Differences: Conflicts in Black and White Feminist Perspectives. Garden City, N.Y., Anchor Books/ Doubleday, 1981.
- KANTROWICZ, Ernst H. The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1957.
- KERBER, Linda K. "Separate Spheres, Family Worlds, Woman's Place. The Rhetoric of Women's History". Journal of American History 75, nº 1, junho, 1988.
- . "Diversity and Transformation of American Studies". American Quarterly 41, nº 3, setembro, 1989.
- KITTAY, Eve Felder e MEYERS, Diana T. (eds.). Women and Moral Theory. Totowa, N.J., Rowman and Littlefields, 1987.
- LEACH, William. True Love and Perfect Union: The Feminist Reform of Sex and Society. New York, Basic Books, 1980.
- LERNER, Gerda. The Creation of Patriarchy. New York, Oxford University Press, 1986.
- LLOYD, Cynthia B. e NIEMI, Beth T. The Economics of Sex Differentials. New York, Columbia University Press, 1979.
- LUKER, Kristin. Abortion and the Politics of Motherhood. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1984.
- MARKS, Elaine e COURTVIRON, Isabelle de (eds.). New French Feminisms: An Anthology. Amherst, The University of Massachusetts Press, 1980.
- MOI, Toril. Sexual/Textual Politics. Feminist Literary Theory. New York, Methuen, 1985.
- (ed.). French Feminist Thought. A Reader. New York, Basil Blackwell, 1987.
- MORGAN, Robin.(ed.) Sisterhood Is Powerful, An Anthology of Writings from the Women's Liberation Movement. New York, Random House, 1970.
- O'BRIEN, Mary. The Politics of Reproduction. Boston, Routledge and Kegan Paul, 1981.
- OLIVIER, Christiane. Jocasta's Children. The Imprint of the Mother. New York, Routledge, 1989.
- RABLE, George C. Civil Wars: Women and the Crisis of Southern Nationalism. Urbana, University of Illinois Press, 1989.
- RICH, Adrienne. "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence". Signs 5, nº 4, Summer, 1980.
- . Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution. New York, Norton, 1986.
- RILEY, Denise. Am I That Name? Feminism and the Category of Women in History. London, Macmillan, 1988.
- RIX, Sara E. (ed.). The American Woman, 1988-89. A Status Report. New York: Norton.
- ROBERTSON, Peter C. "Strategies for Improving the Economic Situation of Women: Systemic Thinking, Systemic Discrimination and Systemic Enforcement". In Ronnie Steinberg Ratner (ed), Equal Employment Policy of Women. Strategies for Implementation in the United States, Canada and Western Europe. Philadelphia, Temple University Press, 1980.

- RUDDICK, Sara. Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace. Boston, Beacon Press, 1989.
- SCHWARTZ, Felice N. "Management Women and the New Facts of Life". Harvard Business Review 67, nº 1, janeiro-fevereiro, 1989.
- SEGAL, Lynne. Is the Future Female? Troubled Thoughts on Contemporary Feminism. New York, Peter Bedrick Books, 1987.
- SEGALEN, Martine. Mari et Femme dans la Société Paysanne. Paris, Flammarion, 1980.
- SHREVE, Anita. Women Together, Women Alone. The Legacy of the Consciousness-Raising Movement. New York, Viking Press, 1989.
- SHULMAN, Alix Kates. Memoirs of an Ex-Prom Queen. New York, Knopf, 1977.
Burning Questions. New York, Knopf, 1978.
- SILVERBLATT, Irene. Moon, Sun and Witches, Gender Ideologies and Class in Inca and Colonial Peru. Princeton, N.J. Princeton University Press, 1987.
"Imperial Dilemmas, The Politics of Kinship, and Inca Reconstructions of History". Comparative Studies in Society and History 30, nº 1, janeiro, 1988.
- SPELMAN, Elizabeth V. Inessential Woman. Problems of Exclusion in Feminist Thought. Boston, Beacon Press, 1988.
- STIMPSON, Catharine R. Where the Meaning Are, Feminism and Cultural Spaces. New York: Methuen, 1988.
- STRASSER, Susan. Never Done. A History of American Housework. New York, Pantheon Books, 1982.
- TERBORG-PENN, Rosalyne. "Black Women in Resistance: A Cross-Cultural Perspective". In Gary Y. Okihiro (ed.), In Resistance. Studies in African, Caribbean and Afro-American History. Amherst, The University of Massachusetts Press, 1986.
- THOMIS, Malcolm T. e GRIMMETT, Jeniffer. Womem in Protest, 1800-1850. New York, Saint Martin's Press, 1982.
- TRONTO, Joan C. "Womem and Caring. What Can Feminists Learn about Morality from Caring?" In Allison M. Jaggar e Susan R. Bordo, 1989.
- VAN ALLEN, Judith. "'Sitting on a Man'. Colonialism and Lost Political Institutions of Igbo Women". Canadian Journal of African Studies 6, nº 2, 1972.
"'Aba Riots' or Igbo 'Women's War'? Ideology Stratification and the Invisibility of Women". In Nancy J. Hafkin e Edna G. Bay (eds.), Women in Africa. Studies in Social and Economic Change. Stanford, Calif., Stanford University Press, 1976.
- WEST, Robin L. "Law, Rights and Other Totemic Illusions. Legal Liberalism and Freud's Theory of the Rule of Law." University of Pennsylvania Law Review 134, nº 4, abril, 1986.
"The Difference in Women's Hedonic Lives: A Phenomenological Critique of Feminist Legal Theory." Wisconsin Women's Law Journal 3, 1987.
"The Authoritarian Impulse in Constitutional Law." University of Miami Law Review 42, nº 3, janeiro, 1988.
Jurisprudence and Gender. University of Chicago Law Review 55, nº 1, Winter, 1988.
Love, Rage and Legal Theory. Yale Journal of Law and Feminism 1, nº 1, Spring, 1989.
- WILSON, William Julius. The Truly Disadvantaged. The Inner City, the Underclass and Public Policy. Chicago, University of Chicago Press, 1987.
- YELLIN, Jean Fagan. Womem and Sisters. The Antislavery Feminists in American Culture. New Haven, Conn., Yale University Press, 1989.